

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO OU LITERACIA: perspectivas teóricas para a habilidade da leitura e da escrita

Paula Rejane de Araújo Valente¹

Pérsida da Silva Ribeiro Mik²

Eixo temático 1: Alfabetização e Políticas Públicas.

Resumo

Este texto descreve uma pesquisa reflexiva que explora os conceitos de alfabetização, letramento e literacia por meio de uma abordagem qualitativa. A metodologia empregada incluiu análise bibliográfica e documental para alcançar os objetivos propostos. O estudo buscou compreender as diferenças conceituais entre alfabetização, letramento e literacia, baseando-se em revisões bibliográficas de obras de Soares (2009, 2017a, 2017b, 2020), Kleiman (1995, 2005) e Tfouni (2002). Além disso, o estudo propôs um debate sobre a convergência e divergência desses conceitos nos documentos oficiais que orientam as políticas educacionais para o ensino da leitura e escrita no Brasil, como o Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (PCN's LP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Decreto nº 9.765 de 11/04/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização, e o Caderno Orientador da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Temos como resultados que os termos alfabetização, letramento e literacia desempenham papéis importantes nas práticas educacionais, sendo encontrados tanto nos documentos normativos de ensino quanto nas atividades de formação continuada. Vale ressaltar que eles não são métodos de ensino e tampouco sinônimos, pois cada um possui sua própria especificidade, embora estejam intimamente relacionados. Assim, faz-se crucial que os profissionais da educação que planejam as ações pedagógicas no processo de ensino da leitura e escrita possam identificar claramente esses termos.

Palavras-chaves: categorias conceituais; política pública educacional; documentos oficiais; realidade brasileira.

Introdução

Esta pesquisa é parte integrante de uma trajetória investigativa que contribuirá para a dissertação de mestrado da autora no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com foco na categoria de estudo da

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora da Educação Básica do Município de Manaus. Contato: paula82valenteufam@gmail.com

²Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Amazonas. Contato: persidamiki@ufam.edu.br

alfabetização. Partindo da reflexão de que diferentes termos surgem nas atividades escolares, e que são provenientes das reformas educacionais é fundamental que esses termos sejam claramente compreendidos pelos profissionais, evitando confusões.

Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa, como parte de um estudo mais amplo, é responder às seguintes perguntas: como renomados pesquisadores brasileiros que abordam os aspectos linguísticos e socioculturais da leitura e da escrita utilizam os conceitos de alfabetização, letramento e literacia? É possível compreender esses conceitos a partir de suas definições linguísticas? E de que maneira os documentos que orientam as políticas educacionais no Brasil contribuem para que os conceitos sejam claros para os profissionais da educação básica?

Reconhecendo a vasta literatura sobre o tema, esta pesquisa tem dois objetivos principais: compreender as diferenças conceituais entre alfabetização, letramento e literacia, por meio de uma revisão bibliográfica das pesquisas de Magda Soares, Angela Kleiman e Leda Tfouni que contribuem para formação de professores alfabetizadores no país, e promover um debate sobre a convergência e divergência dos conceitos nos documentos atuais que orientam o ensino da leitura e da escrita no Brasil, como o Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa (PCN's LP), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Decreto nº 9. 765 de 11/04/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização e o Caderno Orientador da Política Nacional de Alfabetização (PNA).

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois “[...] é considerada um procedimento dinâmico e sistemático de investigação direcionada, com base no que está sendo investigado (GUILHERME; CHERON, 2021, p. 100). A metodologia se baseia em um estudo bibliográfico que permite um contato direto com o tema (OLIVEIRA, 2007), e na análise de documentos primários que não receberam tratamento analítico de outros autores (HELDER, 2006).

Na pesquisa bibliográfica foram consultados os estudos teóricos de Magda Soares (2009, 2017a, 2017b, 2020); Angela Kleiman (1995, 2005) e Leda Tfouni (2002), pois as autoras discutem as concepções dos termos alfabetização, letramento e literacia, com base em abordagens antropológicas, sociológicas, linguísticas, cognitivas, históricas e culturais, proporcionando uma compreensão dos conceitos distintos que refletem as relações socioculturais além dos espaços escolares, contribuindo para a formação de professores no país.

Em relação aos documentos primários, foi realizada uma análise dos que embasam a política pública educacional no país, incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Língua Portuguesa), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Decreto nº 9. 765, de 11/04/2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização, e o Caderno Orientador da Política Nacional da Alfabetização (PNA). Por meio deste estudo, compreendemos que os conceitos de alfabetização, letramento e literacia não são idênticos; no entanto são interdependentes nas

práticas formais de ensino e nas ações interativas e culturais de aprendizagem na vida em sociedade.

Alfabetização, letramento e literacia: conceitos distintos e interdependentes

O analfabetismo funcional representa um dos grandes desafios enfrentados pela população brasileira, impedindo a habilidade de domínio pleno da leitura e da escrita como direito sociocultural e histórico. De direito fundamental e de necessidade básica para a aprendizagem, a alfabetização universal de crianças e adultos é a condição indispensável para o pleno exercício da liberdade. (UNESCO, 2003).

A democratização do ensino, a partir do século XX, é marcada pela ampliação da cultura do escrito no desenvolvimento social, cultural, econômico e político do Brasil. E a visibilidade das práticas de leitura e escrita, nos campos sociais e profissionais, desencadeou a necessidade em se avançar, ainda mais, sobre as habilidades de ler e escrever em contexto social. (SOARES, 2009).

Magda Soares (2017a, 2017b, 2020), aborda que o termo alfabetização, enquanto prática da escrita, é a representação visual da cadeia sonora da fala, e enfatiza que se trata da habilidade da “tecnologia da escrita”, em conjunto com o aprendizado da representação do sistema alfabético, ortográfico e psicomotor. Para além da aquisição das habilidades citadas, é importante compreender que o aprendizado não se estabelece isolado das ações socioculturais vivenciadas pelos aprendizes, como reforça Kleiman (2005. p. 5): “Quando se ensina uma criança, um jovem ou um adulto a ler e a escrever, esse aprendiz está conhecendo as práticas de letramento da sociedade. ”

Os termos alfabetização e letramento são frequentemente discutidos em pesquisas científicas e servem como referência à implantação e implementação de políticas públicas, voltadas para a formação docente e o atendimento aos estudantes do ensino básico no Brasil. Alguns dos documentos nacionais de referência são os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Pró- Letramento (2008), Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (2012), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (2018).

Em 2019, foi instituído no país o Decreto de nº 9.765 de 11/04/2019, que estabeleceu a Política Nacional de Alfabetização, que em seu Artigo 1º tem como objetivo “[...] melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. ” Este documento estabelece as ações pedagógicas em prol da concepção da leitura e da escrita, em termos de alfabetização e literacia, com base em evidências científicas provenientes da ciência cognitiva da leitura “que se ocupa especialmente dos processos linguísticos, cognitivos e cerebrais envolvidos na aprendizagem

e no ensino das habilidades de leitura e de escrita [...]” (BRASIL, 2019, p. 20).

O Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, traz os conceitos de alfabetização e literacia como referenciais apropriados para a reformulação dos documentos que orientam os processos formativos e de ensino da leitura e da escrita dos estudantes das diferentes regiões do país. Além disso, esses termos são apresentados no Caderno Orientador da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Vale ressaltar que o termo "letramento" não é mencionado nesses documentos oficiais.

Discutindo os resultados

Para discutir os conceitos de alfabetização, letramento e literacia presentes na atual Política Nacional de Alfabetização (que aboliu o termo letramento), vamos recorrer a alguns teóricos e suas fundamentações: Magda Soares (2009, 2017a, 2017b, 2020), Leda Tfouni (2002), Angela Kleiman (1995), bem como às passagens dos documentos orientadores do ensino que sistematizam a política educacional, a fim de compreendermos as distinções, encontro e desencontros dos termos, em uma perspectiva teórica sobre a concepção da leitura e da produção escrita.

As autoras foram selecionadas devido às suas relevantes contribuições para os processos de formação pedagógica no país, influenciando a prática docente e fornecendo embasamento teórico para as ações político-pedagógicas implementadas ao longo de mais de vinte anos no contexto brasileiro. Suas obras foram importantes para os cursos de pedagogia, programas curriculares municipais e estaduais, produções acadêmicas, formação continuada de professores (como o Pró-letramento, Pnaic), e para a produção científica e formulação de políticas públicas relacionadas à alfabetização no Brasil.

O Parâmetro Curricular de Língua Portuguesa (1997) e a BNCC (2018) destacam, após vinte e um anos de distanciamento entre eles, que a alfabetização se refere ao conhecimento das técnicas de escrita e da leitura do sistema alfabético, enquanto o letramento abrange a participação dos estudantes de forma crítica em práticas sociais reais de leitura e de escrita. A BNCC também introduz o conceito de "múltipletramento", que envolve a participação dos alunos em diferentes linguagens, incluindo a digital.

Leda Tfouni (2002) define a alfabetização como a aquisição da escrita como aprendizagem de habilidades de leitura, escrita e práticas de linguagem, relacionando-a ao âmbito individual. Já o letramento enfoca os aspectos socioculturais da aquisição da escrita em sociedades que adotam um sistema de escrita, de maneira restrita ou generalizada. Em consonância com esta afirmação, Magda Soares (2017) ressalta que o letramento compreende duas facetas da língua escrita: a interativa e a sociocultural, ou seja, o letramento enquanto veículo de interação entre as pessoas, em seu mais diferentes usos, funções e

valores de expressão e compreensão de mensagens.

Angela Kleiman (1995) conceitua a alfabetização como um conjunto de conhecimentos sobre o código escrito da língua, abrangendo a aquisição das primeiras letras e da ortografia; o envolver de sequências operacionais cognitivas e o engajamento físico-motor, da criança. Define o letramento “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.” (p. 18-19), e conclui que a alfabetização e o letramento são inseparáveis.

Analisando as definições das autoras, observamos que os processos são distintos, mas há uma interdependência entre os termos: alfabetização e letramento. Enquanto a alfabetização diz respeito às habilidades de leitura e da prática da escrita associada ao ensino formal, o letramento é o engajamento dos indivíduos em práticas sociais reais de leitura e produção da escrita. (SOARES, 2020).

Outro termo discutido é a literacia, recorrente no texto do Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, e no Caderno Orientador da PNA (BRASIL, 2019b), é notável a semelhança conceitual com o termo letramento, amplamente divulgado no país. Sobretudo, o documento oficial não fez referência ao termo letramento, mas sim à literacia, considerando:

I. alfabetização – ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizado se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão;
VII. literacia – conjunto de práticas e experiências relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva; (BRASIL, 2019a, p. 50-51)

Por meio das fundamentações apresentadas pelos teóricos ao longo deste texto, os dois incisos da PNA, nos apresentam aproximações conceituais entre os termos alfabetização e letramento. Subjetivamente, analisamos que a atual política governamental optou por abolir o termo letramento dos projetos educacionais amplamente divulgados, sem considerar todo o conhecimento historicamente produzido pelas pesquisas científicas no país.

Os documentos citados visam promover a alfabetização na sociedade brasileira por meio de "evidências científicas", embasadas na ciência cognitiva da leitura, como destacado no Caderno Orientador da PNA (BRASIL, 2019b), assinado por Carlos Francisco de Paula Nadalin, Secretário de Alfabetização³. O documento destaca o uso do termo literacia de forma cientificamente terminológica, alinhando-se internacionalmente com outros países lusófonos que utilizam o termo *literacy* (em inglês) e *littératie* (em francês).

As pesquisadoras referenciadas nesta pesquisa definem o termo letramento de maneira semelhante ao termo literacia em suas obras, antes mesmo do lançamento da Política Nacional da Alfabetização. Isso demonstra a preocupação da ciência em prol da

³ Secretário da Alfabetização no Brasil – Governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023).

alfabetização no país. Magda Soares (2009) ressalta que o termo letramento é uma tradução para o português do termo inglês *literacy*, sendo definido como "a condição de ser letrado". Tfouni (2002) destaca a sobreposição entre letramento e alfabetização, enfatizando o foco nas práticas, habilidades e conhecimentos relacionados à codificação e decodificação de textos escritos. Kleiman (1995) destaca o "*empowerment through literacy*" como uma palavra de ordem nos estudos sobre letramento, indicando o potencial que ele proporciona.

Assim, ao analisarmos as definições apresentadas pelos teóricos ao longo deste texto, fica claro que os termos que envolvem o processo de ensino sistemático da leitura e escrita e o uso consciente dessas habilidades em diversas interações individuais e comunitárias no contexto brasileiro apresentam definições claras, embasadas nos estudos dos pesquisadores.

Considerações Finais

O estudo realizado nos fornece uma compreensão clara dos termos alfabetização, letramento e literacia, graças às contribuições das autoras Soares, Tfouni e Kleiman. Em linhas gerais, essas pesquisadoras explicam que a alfabetização se refere à aquisição consolidada da representação visual da cadeia sonora da fala, ou seja, é a habilidade de utilizar de forma competente o sistema alfabético. Por outro lado, o letramento e a literacia envolvem o uso interativo e sociocultural da linguagem escrita em diversos contextos, como o social, profissional, científico e político.

As autoras também apontam que os termos literacia e letramento têm uma semântica similar. Para chegar a essa conclusão, elas buscaram entender a relação entre o termo "*literacy*" presente no vocabulário estrangeiro e o termo letramento. Até 2018, o termo letramento era amplamente utilizado nas práticas culturais dos contextos escolares no Brasil. Isso é evidenciado pelos documentos orientadores do ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses referenciais auxiliavam na organização dos processos de ensino para atender às necessidades de formação dos professores, como o Pró-Letramento e o Pnaic, além de planos e práticas de ensino, entre outras ações político-pedagógicas.

No entanto, o termo literacia foi incorporado ao sistema educacional brasileiro com a implementação do Decreto nº 9.765 de 11/04/2019 e das orientações do Caderno Orientador da PNA (BRASIL, 2019b). O objetivo foi "homogeneizar" o termo no país, alinhando o conceito aos utilizados em outros países de primeiro mundo, como Estados Unidos, Inglaterra e Portugal. Isso resultou na abolição do termo letramento das diversas ações político-pedagógicas já estabelecidas no Brasil.

A alfabetização não se finaliza em conceitos sobre seus termos, ela se apresenta como um campo de estudo da educação, e deve ser compreendida nas mais diversificadas

abordagens que contemplam o ensino e a aprendizagem para a aquisição da leitura e da produção escrita. Os conceitos alfabetização, letramento e literacia devem ser reconhecidos e desmistificados, para que não haja dúvidas e/ou confusões que não colaboram com o trabalho docente na promoção do ensino.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pró Letramento: Programa de Formação de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Alfabetização e Linguagem**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **DOU** de 05/07/2012, nº 129, Seção 1, pág. 22, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9. 765 de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. **DOU**. Edição Extra, Brasília, DF, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019b.

GUILHERME, A. A.; CHERON, C. **Guia prático de pesquisa em Educação**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2021.

HELDER, R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

KLEIMAN, A. B. (org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

_____, A. B. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** São Paulo: Unicamp, 2005.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2017a.

_____, M. **Alfabetização: A Questão dos Métodos**. São Paulo: Contexto, 2017b.

_____, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

_____, Magda. **Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Alfabetização como liberdade**. Brasília: MEC, 2003.